

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2013**

**(Dos Sr. Deputado ANTONIO BRITO – PTB/BA e Sra. Deputada JÔ MORAES – PCdoB/MG)**

Solicita informações ao senhor Ministro de Estado da Saúde sobre os repasses de recursos às Entidades Beneficentes sem Fins Lucrativos participantes do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Vimos por meio deste, requerer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 24, inciso V e 115, inciso I, do Regimento Interno, que sejam solicitadas as seguintes informações ao senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor Alexandre Padilha:

1. Com relação as entidades que aderiram ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, criado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.721, de 21 de setembro de 2005, e as subsequentes que tratam da mesma matéria:
  - a. Se o Ministério da Saúde repassou para os gestores estaduais e municipais todos os valores constantes dos contratos/convênios das entidades contratualizadas segundo a Portaria nº 1.721/2005 até o mês de abril de 2013;
  - b. Se os valores constantes dos contratos/convênios das entidades contratualizadas segundo a Portaria nº 1.721/2005 estão sendo efetivamente repassados, de forma discriminada, para cada uma dessas entidades; e
  - c. Se o Ministério da Saúde mantém alguma ferramenta ou ação de controle sobre a data dos repasses realizados pelos gestores estaduais e municipais a essas entidades. Em não havendo, quais as dificuldades ou impedimentos para implantá-la.
2. Com relação ao repasse dos recursos concedidos através do aumento do Incentivo à Contratualização – IAC, às Entidades Beneficentes sem Fins Lucrativos participantes do programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos ou do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde (SUS), constante das portarias do Ministério da Saúde de números 2.506 de 26 de outubro de 2011, 1.416 de 06 de julho de 2012 e 3.172 de 28 de dezembro de 2012:
  - a. Se o Ministério da Saúde repassou para os gestores estaduais e municipais todos os recursos constantes dos anexos das referidas portarias;
  - b. Se as entidades constantes dos anexos das 03 (três) portarias acima citadas, já assinaram com os gestores locais do SUS o Termo Aditivo ao contrato/convênio e se estes já foram enviados de forma sistemática ao Ministério da Saúde; e
  - c. Se os aumentos concedidos ao IAC dessas entidades estão sendo efetivamente repassados, de forma discriminada, para cada entidade constante dos anexos das referidas portarias; e

\*71A47AE424\*

71A47AE424

- d. Se em caso de interrupção do repasse dos recursos por parte do gestor o Ministério da Saúde suspendeu a transferência desses valores ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos respectivos gestores.

## JUSTIFICATIVA

As santas casas, hospitais e entidades filantrópicas, muitas delas centenárias, que são responsáveis por mais de 50% (cinquenta por cento) dos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), veem atravessando uma séria crise financeira, encontrando-se em situação de total penúria, algumas inclusive sendo obrigadas a encerrar suas atividades ou recorrer ao Sistema Financeiro, através de empréstimos bancários, para conseguir honrar seus compromissos.

Boa parte dessas entidades aderiu ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, criado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.721, de 21 de setembro de 2005, com uma grande esperança de que os serviços prestados ao SUS passassem a ser remunerados de forma justa. Contudo, ao longo desses anos, o que se viu foi uma continua e gradual defasagem nos valores constantes nos contratos.

Buscando minorar essa situação, no decorrer do ano de 2011 e 2012, o Ministério da Saúde editou 03 (três) portarias concedendo reajustes ao Incentivo à Contratualização – IAC, indicando nos anexos das portarias as entidades que seriam contempladas e os valores a elas destinados.

Acontece que, apesar das ações que Ministério da Saúde adotou e vem adotando no sentido de tentar diminuir a atual crise por que passa as santas casas e hospitais filantrópicos, obtivemos, por diversas vezes, informações de que os referidos recursos, tanto da contratualização, como dos IAC's, não vêm sendo repassados por parte de alguns gestores locais para as entidades contratualizadas, ou se os vêm, com significativos e inexplicáveis atrasos.

Desta forma, se faz necessário esclarecer esta situação, verificando-se quais os motivos pelo qual, apesar do Ministério ter criado o programa de contratualização e diversas entidades terem aderido, além de conceder reajuste por meio do IAC aos contratos, em muito dos casos os recursos não estão chegando até às santas casas.

Sala das Sessões, de 2013.

**Deputado ANTONIO BRITO  
PTB/BA**

**Deputada JÔ MORAES**  
**PCdoB/MG**

\*71A47AE424\*